



INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ

MUNIR BARAKAT

Mestre em Desenvolvimento Econômico

Universidade Estadual do Paraná- *Campus* de Campo Mourão

munirbar@msn.com

RESUMO - Este artigo pretende, por meio de pesquisa bibliográfica, tem como objetivo analisar a situação atual do desenvolvimento no Estado do Paraná. A partir da afirmação do ex-diretor de Planejamento Estratégico Regional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), Luiz Figueira de Mello, ao jornal FOLHA DE LONDRINA (Londrina, ano 60, edição n° 17.504, 22 Nov. 2007) sobre a necessidade de interiorizar o Planejamento Estratégico Regional no Paraná considerando que a economia formal do Estado concentra a geração de riqueza em sua grande maioria na Região Metropolitana de Curitiba – RMC. Existe uma grande distorção de desenvolvimento. Temos áreas ricas, como a Região Metropolitana de Curitiba - RMC, e outras regiões muito pobres, com índices de desenvolvimento muito baixos. Temos vários estados dentro do Paraná. Precisamos corrigir as distorções, promover o desenvolvimento com inclusão social nas áreas mais deprimidas do Paraná. Com essa nova atitude, estaremos procurando melhorar as condições de vida e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). A meta é pensar estrategicamente o futuro, sabendo construir parcerias e alianças estratégicas para que os recursos, cada vez mais escassos, se multipliquem em favor das comunidades.

Palavras-chave: Estado do Paraná, PIB, Desenvolvimento, Planejamento Estratégico Regional.

ABSTRACT - This article pretends, through bibliographic research, to analyze the current situation of development in the State of Paraná. From the affirmation of the ex-director of Regional Strategic Planning of the Secretary of State for Urban Development (SSUD), Luiz Figueira de Mello, to the newspaper FOLHA DE LONDRINA (Londrina, age 60, edition n° 17.504, 22 Nov. 2007) about the necessity of interiorize the Regional Strategic Planning in Paraná considering that the formal economy of the State concentrates the wealth creation mostly in the Curitiba's Metropolitan Region – CMR. There is a big distortion of development that results in rich areas, like the Curitiba's Metropolitan Region – CMR, and others very poor regions, with rates of development very low. There are many states inside of Paraná. We must fix the distortions, promote the development with social inclusion in the most depressed areas of Paraná. With this new attitude, will be possible to improve the life conditions and the HDI (Human Development Index). The goal is to think the future strategically, knowing how to build partnerships and strategic alliances, so that the resources, increasingly scarce, multiply in favor of communities.

Keywords: State of Paraná, PIB, Developmento, Regional Strategic Plannign

1 INTRODUÇÃO

Existe uma grande concentração da arrecadação de impostos na Região Metropolitana de Curitiba – RMC. A concentração do parque industrial na Capital é muito grande. Embora sejamos um Estado com vocação agrícola, estamos transformando pouco a produção. Isso é problema porque a atividade está muito mecanizada, concentradora de renda e de mão-de-obra. Para mudar, temos que processar a produção e construir uma cadeia produtiva que empregue mais gente. “Precisamos de coragem e compromisso para corrigir as distorções, promovendo desenvolvimento com inclusão social nas áreas mais deprimidas e sem muitas alternativas”, afirma Luiz Figueira de Mello, ex-diretor de Planejamento Estratégico Regional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), ao jornal FOLHA DE LONDRINA (Londrina, ano 60, edição nº 17.504, 22 Nov. 2007).

A economia formal do Estado está concentrada, na sua geração de riqueza, na Região Metropolitana de Curitiba - RMC. Mas isso não aconteceu de graça. O histórico do nosso processo de desenvolvimento mostra que a distorção vem lá de trás. Em 1972 houve uma ruptura da política de distribuição da riqueza do Estado. Até esse ano, a mesorregião norte recebia 25% do orçamento estadual em investimentos e a mesorregião metropolitana 25% também. A partir dessa fatídica data, Londrina passa a receber 4% do orçamento do estado e Curitiba 75%.

Esse fluxo de interesses e recursos criou grande distorção, demonstrando que, 61% da arrecadação de impostos está na Região Metropolitana de Curitiba - RMC, 9% no norte do Estado e 9% no oeste. Ou seja, o norte tem metade da população de Curitiba, mas sete vezes menos arrecadação. A concentração do parque industrial na Capital é muito grande. Embora sejamos um Estado com vocação agrícola, estamos transformando pouco a produção. Isso adquire ainda mais importância quando constatamos que mais de 80% da produção vem das pequenas propriedades agrícolas.

O IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social demonstra Tabela 1, (http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1) que as economias dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba estão entre as maiores do Estado. Em razão do dinamismo da indústria e dos serviços, Curitiba e São José dos Pinhais são os municípios mais representativos no PIB do Paraná. No interior do Estado, Londrina,

Maringá e Ponta Grossa têm forte presença da agroindústria e dos serviços e, em Foz do Iguaçu, sobressaem as atividades ligadas ao turismo e à produção de energia elétrica. Já no litoral, Paranaguá se destaca pelas atividades ligadas ao Porto.

Tabela 1 – MAIORES ECONOMIAS DO PARANÁ

Município	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)
Curitiba	79.383.343	23,85
São José dos Pinhais	25.238.577	7,58
Londrina	15.930.758	4,79
Maringá	13.733.657	4,13
Ponta Grossa	10.280.846	3,09
Foz do Iguaçu	9.877.010	2,97
Cascavel	8.403.195	2,52
Araucária	7.360.425	2,21
Paranaguá	6.160.076	1,85
Pinhais	4.947.752	1,49
Outros municípios	151.521.528	45,52
PARANÁ	332.837.167	100,00

Fonte: IBGE, IPARDES (2013)

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a robusta carteira de investimentos industriais no Paraná, definida e programada pelo setor privado desde o começo de 2011, desencadeou oportuna discussão, no interior e fora das hostes do governo, a respeito das reais chances de produção de um ciclo de crescimento econômico mais harmônico regionalmente, ou com menor propensão concentradora na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Nos últimos anos, conforme atesta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), está em curso no Paraná um processo de desconcentração da riqueza da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A Tabela 2 mostra que entorno da capital perdeu 10,6% de participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de 2010 a 2014.

Tabela 2 – VARIACÃO DO PIB REGIONAL DE 2010 A 2014

Regiões	Participação (%)	PIB (R\$ bilhões)	Variação (%)
RMC	42,14%	146,698	- 10,64
NORTE CENTRAL	17,74%	61,734	+ 6,73
OESTE	11,77%	40,986	+ 9,40
CENTRO ORIENTAL	6,96%	24,220	+ 12,37
NOROESTE	4,81%	16,753	+ 17,88
SUDOESTE	4,25%	14,795	+ 10,65
CENTRO SUL	3,73%	12,971	+ 4,73
NORTE PIONEIRO	3,17%	11,024	+ 2,63
SUDESTE	2,84%	9,884	+ 15,62
CENTRO OCIDENTAL	2,59%	9,016	+ 15,49
PARANÁ	100,00%	348,084	+ 10,64

Fonte: IBGE, IPARDES (2013)

Em sendo isso factível, estariam abertos os flancos para a ativação de expedientes institucionais, fruto de transparentes negociações entre o poder público e os demais atores sociais atuantes no Estado, visando à neutralização dos rumos concentradores assumidos, trilhados e preservados, a partir da segunda metade da década de 1970, em face dos desdobramentos da consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da implantação da refinaria da Petrobras em Araucária. Até porque, as estatísticas de geração de renda oriundas dos sistemas de informações da Secretaria de Estado da Fazenda e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam apreciável concentração econômica em três macropolos paranaenses. O primeiro abrange o espaço formado por Paranaguá, RMC e Ponta Grossa, detentor de base produtiva diversificada e com liderança do agronegócio, metalmeccânica e refino de petróleo. O segundo eixo compreende a faixa dominada por Londrina e Maringá, ancorada no agronegócio e em serviços (puxados por duas universidades estaduais). E, o terceiro vetor regional corresponde à área Cascavel-Foz do Iguaçu, impulsionada pelo agronegócio, turismo e geração de energia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em ANDRADE (1973, p. 41), entre as diferentes conceituações de região, destaca-se, também, a que se refere à região organizada, aplicada, através de uma classificação das formas de utilização do espaço, fornecendo, assim, um critério geo-econômico. Em se tratando de países desenvolvidos, a região pode ser caracterizada por três aspectos fundamentais. Primeiramente, pela solidariedade entre seus habitantes, pela organização em torno de um centro e pela participação em um conjunto. Este conjunto de características, laços, imprimem ao espaço uma certa homogeneidade, mas só têm condições para produzir uma região se são capazes de criar uma organização econômica e social. Esta organização em torno de um centro é denominada então de “pólo” ou “nó”. Tal centro, é sempre uma cidade. Além disso, a região é definida como sendo parte de um todo maior, sendo considerada, deste modo, um quadro territorial, no qual se inserem os planos de ação e onde se aplicam as decisões.

A tradição do Estado regulador, de acordo com Giambiagi & Além (2001), vai além das exigências de cumprimento de leis antitruste e de criação de agências que assegurem a conduta competitiva e regulação dos monopólios naturais. O Estado deve conduzir a política

monetária e fiscal, deve controlar as flutuações econômicas e influenciar a distribuição de renda, bem como direcionar o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Rezende (2001) especifica um pouco mais o conceito tradicional. Ele considera que a partir da grande depressão na década de 1930, os estudos estavam voltados para a necessidade de o governo intervir na economia e para criar políticas com o objetivo de combater a inflação e desemprego. Isso porque, até então, a proposta do Estado era promover apenas os serviços essenciais (justiça e segurança) à coletividade e isso não induzia o setor privado a produzir.

Assim, Musgrave (1959) apud Rezende (2001) amplia as atribuições econômicas do governo com objetivo de: “promover ajustamentos na alocação dos recursos; promover ajustamentos na distribuição de renda; e manter a estabilidade econômica”.

Na concepção de Cristóvam (2005) a política pública é caracterizada, como: “As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição”.

2.1 Teorias do Desenvolvimento Regional

Por meio de pesquisa bibliográfica objetiva-se analisar as principais teorias referentes ao desenvolvimento regional, ou seja, a Teoria da Base de Exportação, Teoria da Causação Circular Cumulativa, Teoria Neoclássica e Teoria do Crescimento Endógeno, descritas a seguir.

2.1.1 Teoria da Base de Exploração

Em North (1955) apud Schwartzman (1975) esta teoria destaca a importância das exportações como fundamental fonte propulsora do processo de desenvolvimento. Ela reforça o papel de que o crescimento depende da dinâmica da atividade econômica básica (mercado externo) e que por sua vez incentivem outras atividades não básicas (mercado interno). As atividades básicas são a fonte motriz da economia, pois vendem seus produtos em outras regiões, sendo que as atividades não-básicas dão sustentação às atividades básicas.

Nesta concepção, Benitez (1998) acredita que as exportações dão impulso às regiões mais jovens e a proporção desta expansão é derivada do efeito multiplicador que as

exportações criam nas demais atividades não básicas. Essas ideias levaram a aceitação de que existe uma relação entre as exportações e seu crescimento global, pois neste caso o investimento regional é induzido pela própria exportação. O contexto central é que as atividades econômicas não básicas são induzidas pela expansão ou declínio das indústrias de exportação.

Na abordagem de North (1955) apud Benitez (1998), dado um mercado mundial capitalista, uma região pode promover um alto nível de especialização nas suas atividades agrícolas com objetivo de exportação. Conseqüentemente, após essa fase, a especialização ganharia espaço para uma industrialização e posteriormente um setor terciário. Esta afirmação deixa claro que as exportações são uma condição necessária (demanda) para o desenvolvimento regional, mas não suficiente (oferta). Outro aspecto importante desta teoria é que existência de uma demanda externa permite romper com o problema de escassez de a demanda interna para poder crescer. Esse modelo funciona bem nos chamados “bens ricardianos”, orientado pelos recursos naturais. O desenvolvimento regional é analisado sob a ótica do curto prazo.

Segundo Schwartzman (1975), as principais críticas ao modelo são: a) Curto prazo – multiplicador não é estável; b) só considera a demanda; O conceito de exportação nesta visão é: toda comercialização dos produtos gerados internamente, fora da região produtora. Não se trata especificamente de comércio internacional. c) só funciona em pleno emprego; d) a magnitude do multiplicador depende do limite territorial com que a região é definida.

2.1.2 Teoria da Causação Circular Cumulativa

Em Myrdal (1957) apud Benitez (1998), as forças de mercado podem aumentar as desigualdades entre as regiões, pois as atividades que trazem muita lucratividade tendem a concentrar-se em determinadas regiões ricas, deixando a margem regiões mais pobres do país. As regiões menos favorecidas entram por sua vez em um processo acumulativo regressivo, com saída de imigrantes e diminuição da demanda interna, gerando uma redução de investimento.

A concentração das atividades é baseada nas vantagens competitivas, seja pela disponibilidade de recursos ou infra-estrutura. A concentração de conhecimento através das inovações tecnológicas aumenta a produtividade. No entanto, as regiões mais atrasadas não atraem novas atividades. Quando as regiões caracterizadas por grandes diferenças de renda e

especialização competem em uma região unificada, não funciona como o princípio das vantagens comparativas (mecanismos neoclássicos de ajuste), pelo contrario, as regiões mais ricas são favorecidas pelos maiores rendimentos e impedem o desenvolvimento das mais pobres. São dois os efeitos que agem entre regiões. O primeiro é o efeito induzido de expansão, que leva as regiões mais ricas a importar recursos para atender seu mercado crescente. Posteriormente, os investimentos voltam-se para as regiões mais pobres caso exista um grau de complementaridade. O segundo é o efeito induzido regressivo, em que o movimento de capital é no sentido das regiões mais ricas, causando prejuízo às regiões pobres. Isso proporciona um massacre em termos competitivos entre regiões ricas e pobres, pois a força de trabalho qualificada migra para outras regiões mais ricas. Assim, os desequilíbrios entre os movimentos da força de trabalho agravam a desigualdade social.

2.1.3 Teoria Neoclássica

Nas ideias de Borts & Stein (1964) apud Roura (1995), a variável básica do modelo é a flutuação regional da taxa de crescimento de capital per-capita, que por sua vez determina o nível de produtividade da mão de obra, dos salários e da renda por habitante. A hipótese deste modelo é que há uma única função produção, tanto para as regiões avançadas como para as regiões atrasadas.

Benitez (1998) destaca que esse modelo é baseado no pressuposto que o produto da economia depende da capacidade produtiva, sendo esta determinada pela oferta dos fatores produtivos que são totalmente substituíveis e os preços flexíveis. Assim, o modelo é caracterizado pelo movimento dos fatores capital e trabalho, onde o capital migra à procura de rendimentos marginais maiores (regiões de baixos salários), e o trabalho se deslocará das regiões mais atrasadas para as regiões mais desenvolvidas. Não há restrição na função produção, pois o progresso técnico proporciona plena substituição de fatores. As possibilidades de crescimento são proporcionadas por essa taxa de substituição entre capital e trabalho.

No modelo neoclássico, para uma trajetória de crescimento em um conjunto de regiões, o investimento deve ser igual à poupança, e pode ocorrer importação ou exportação de poupança de outras regiões. Pois quanto mais se cresce, mais há necessidade de capital. Isso proporciona a tendência a importar capital de regiões de crescimento mais lento para as mais rápidas.

2.1.4 Teoria do Crescimento Endógeno

O conceito de desenvolvimento endógeno dado por Amaral Filho (2001) é que “desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes de outras regiões”.

Para Boisier (1989) apud Oliveira & Lima (2003), entender o processo de desenvolvimento necessita de uma atenção especial a um conjunto de elementos em termos de sistemas de organização econômica. O autor afirma que o crescimento econômico regional não é exclusivamente gerado por forças e mecanismos exógenos a região. Há certa dependência das políticas macroeconômicas que guiam a alocação de recursos entre regiões e a demanda externa. Porém, o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado como internalização do crescimento de natureza essencialmente endógena.

A ideia básica da teoria é que no longo prazo o desenvolvimento é resultado da interação de três forças: o percentual do uso dos recursos (alocação), efeitos indiretos de políticas macroeconômicas e setoriais e, principalmente, a capacidade de organização social da região. Há uma relação de interdependência recíproca entre as forças, ou seja, uma relação de retro alimentação.

Oliveira & Lima (2003) abordam que a disponibilidade de recursos e seu grau de utilização, inter – regionalmente, depende das decisões exclusivamente do Estado, ou seja, é exógena à região.

A política macroeconômica pode afetar positivamente ou negativamente determinada região, pois as mesmas são decididas pelo governo central (exógena à região). Finalmente, a autonomia de organização social é que pode trazer resultados positivos à região, por meio “da capacidade de a região de criar um conjunto de elementos, políticos, institucionais e sociais, capaz de direcionar o crescimento, desencadeado por forças exógenas, para atingir o desenvolvimento no sentido estrito da palavra”. A ativação social é completamente endógena e está associada ao crescimento da autonomia das tomadas de decisão da região, como também o aumento da capacidade de investir o excedente gerado pelo processo de crescimento. O resultado é uma melhor qualidade de vida e de preservação do meio ambiente, bem como o melhor aproveitamento dos recursos naturais.

3 INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ

Conforme informa a Agência Estadual de Notícias – AEN (Curitiba, <http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/>, 14 nov. 2007) de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salário, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de trabalhadores ocupados nas indústrias do Paraná aumentou 4,83% em setembro de 2007, comparado com o mesmo mês do ano anterior, impulsionado principalmente pelo setor de transportes. O crescimento registrado no Paraná foi o maior entre os estados pesquisados, e é dois pontos percentuais maior do que o registrado na média nacional, de 2,79%. O desempenho no total de trabalhadores ocupados na indústria do Paraná também foi destaque no período acumulado entre janeiro e setembro de 2007. Durante os nove meses, o crescimento nesse indicador foi de 2,59%, frente ao crescimento de 1,7% registrado na média nacional.

O diretor de pesquisas do Iparades, Daniel Nojima, explica que a projeção que indica redução no número de habitantes em pequenas cidades não se deve apenas aos dados que confirmam a tendência mundial de envelhecimento da população e diminuição no número de jovens. “Os municípios pequenos têm uma base forte no agronegócio. Com a modernização da agricultura, é normal ter menos pessoas dedicadas ao campo, que se mudam, mas a atividade continua gerando renda e outros empregos”, http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_noticia=861

Os dados precisam ser entendidos como ferramenta de planejamento de políticas públicas, defende o pesquisador. “É preciso pensar na infraestrutura que a cidade vai ter, para receber no futuro mais ou menos pessoas, mais idosos e menos jovens”, explica.

O Paraná deve chegar a 2040 com 12,2 milhões de habitantes, crescimento de 7,8% em relação ao número atual. A população na faixa de 0 a 14 anos deve passar de 20,8% para 14,6%. Por outro lado, os idosos com 65 anos ou mais, representarão 19,9% da população total. “A partir dos dados pode-se imaginar que haverá pressão maior por gastos na saúde e necessidade menor de investimentos em educação, porque haverá menos jovens”, exemplifica Nojima.

Tabela 3 – HABITANTES E IMOVEIS DO PARANÁ

Município	População	Imóveis
Curitiba	1.893.997	650 mil
Londrina	553.393	220 mil
Maringá	403.063	156 mil

Ponta Grossa	341.130	142 mil
Cascavel	316.226	130 mil
Foz do Iguaçu	263.915	120 mil

Fonte: IBGE, IPARDES (2013)

As seis principais cidades conforme estimativa populacional do IBGE de 2016 Tabela 3, apresentada em (<http://www.folhadelondrina.com.br/politica/grandes-cidades-do-pr-tem-iptu-desatualizado-981547.html>), demonstram a ausência de uma melhor repartição geográfica do resultado das atividades econômicas denota natureza mais dramática quando se constata que, a despeito de o produto interno bruto (PIB) per capita do Paraná exibir cifra 8,0% superior à brasileira, em apenas 54 municípios do Estado (13,5% do total) essa grandeza estaria acima da média do País em 2009, segundo estimativas do IBGE.

Na Tabela 4 temos o atual perfil do Estado do Paraná com dados fornecidos pelo IPARDES, IBGE, ITCG e PNUD/IPEA/FJP referentes a área territorial e demográfica, urbanização, população, idosos e taxa de envelhecimento.

Tabela 4 – PERFIL DO ESTADO DO PARANÁ

ÁREA TERRITORIAL E DEMOGRÁFICA	FONTE	DATA	ESTADO
ÁREA TERRITORIAL (ITCG) (KM ²)	ITCG	2017	199.880.200
DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM ²)	IPARDES	2016	56,25
GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	IBGE	2010	85,33
POPULAÇÃO - ESTIMADA (HABITANTES)	IBGE	2016	11.242.720
POPULAÇÃO - CENSITÁRIA (HABITANTES)	IBGE	2010	10.444.526
POPULAÇÃO - CENSITÁRIA - URBANA (HABITANTES)	IBGE	2010	8.912.692
POPULAÇÃO - CENSITÁRIA - RURAL (HABITANTES)	IBGE	2010	1.531.834
POPULAÇÃO - CONTAGEM (HABITANTES) ⁽¹⁾	IBGE	2007	10.284.503
TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)	IBGE	2010	0,89
ÍNDICE DE IDOSOS (%)	IBGE	2010	32,98
RAZÃO DE DEPENDÊNCIA (%)	IBGE	2010	43,78

Fonte: IBGE, IPARDES (2013)

3.1 HORAS PAGAS

Conforme informa a Agencia Estadual de Noticias – AEN (Curitiba, <http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/>, 14 nov. 2007) de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salário, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de trabalhadores ocupados nas indústrias do Paraná aumentou 4,83% em setembro de 2007, comparado com o mesmo mês do ano anterior, impulsionado principalmente pelo setor de transportes. O crescimento registrado no Paraná foi o maior entre

os estados pesquisados, e é dois pontos percentuais maior do que o registrado na média nacional, de 2,79%. O desempenho no total de trabalhadores ocupados na indústria do Paraná também foi destaque no período acumulado entre janeiro e setembro de 2007. Durante os nove meses, o crescimento nesse indicador foi de 2,59%, frente ao crescimento de 1,7% registrado na média nacional.

A Pesquisa Industrial Mensal aponta ainda que o número de horas pagas aos trabalhadores do setor no Paraná teve em setembro de 2007 o crescimento de 3,10%, em relação a setembro de 2006, e o crescimento nacional, no mesmo período, ficou em 1,39%. Segundo o IPARDES o indicador do número de horas pagas do setor fabril paranaense encolheu 5,2% em abril de 2014, em relação a abril de 2013, contra décima primeira taxa negativa consecutiva do país (3,1%), com retração em onze dos quatorze locais pesquisados. O pessoal ocupado na indústria do Paraná aumentou 0,6% a.a. (receu 0,4% a.a. no país) de janeiro de 2008 a novembro de 2013, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário (Pimes) do IBGE publicado no Boletim Regional do Banco Central do Brasil de Janeiro 2014 (<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2014/01/br201401b2p.pdf>). Destacaram-se as elevações nos segmentos máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (10,2%) e metalurgia básica (4,3%) e os recuos nas indústrias de vestuário (8,9%) e madeira (8,7%). O número de horas pagas manteve-se estável e a folha de pagamento real aumentou 6% a.a., no período.

3.2 FOLHA DE PAGAMENTO

Outro aspecto analisado pelo IBGE é o da Folha de Pagamento dos Trabalhadores da Indústria. Em setembro de 2007, o crescimento no Paraná foi de 5,54% e, no período entre janeiro e setembro, de 3,53%. A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostra recuo generalizado do emprego industrial no Brasil. No Paraná, conforme a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), o número de trabalhadores ocupados no setor industrial recuou 3,7% em abril de 2014, em relação a abril de 2013 - a nona variação negativa consecutiva. Janeiro 2014

3.3 O PIB DO PARANÁ

O Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná cresceu 6% em 2007, estimou ao jornal FOLHA DE LONDRINA (Londrina, ano 60, edição nº 17.505, 23 Nov 2007) o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). A projeção teve como base as estatísticas disponíveis até a primeira quinzena do mês de novembro. Com isso, o PIB paranaense deve ser superior à variação projetada para o Brasil: 4,7%, segundo expectativas de mercado levantadas pelo Banco Central.

A significativa expansão do PIB do Paraná Tabela 5 reflete a combinação dos resultados positivos dos setores agropecuário, industrial e de serviços, evidenciando a recuperação da economia do Estado, depois de anos marcados por prejuízos impostos pelas estiagens ao agronegócio.

A economia paranaense é a quarta maior do País. O Estado responde atualmente por 6,3% do PIB nacional, registrando uma renda per capita de R\$ 30,3 mil em 2013, acima do valor de R\$ 26,4 mil referente ao Brasil.

Tabela 5 – PERFIL DO ESTADO DO PARANÁ - PIB

ANO	PARANÁ (milhão)	BRASIL (milhão)	PARTICIPAÇÃO (%)
2010	225.211	3.885.847	5,80
2011	256.974	4.373.658	5,88
2012	285.206	4.805.913	5,93
2013	332.837	5.316.455	6,26
2014	⁽¹⁾ 358.544	⁽²⁾ 5.687.308	6,30

Fonte: IBGE, IPARDES (2013)

NOTA: Nova metodologia. Referência 2010.

(1) O resultado para o estado do Paraná, no ano de 2014, é estimativa do IPARDES.

(2) Dados do PIB do Brasil de 2014, calculados pelo IBGE, referem-se às Contas Nacionais Trimestrais.

3.4 AGROPECUÁRIA

Na safra 2006/2007, segundo dados do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), a produção paranaense de grãos totalizará 29,2 milhões de toneladas, o que representa aumento de 21,7% em relação à temporada 2005/2006, quando foram colhidas 24,0 milhões de toneladas.

Além disso, cabe citar a ampliação de 35% na produção de cana-de-açúcar, com salto de 34,5 milhões para 46,5 milhões de toneladas, o que - segundo o IparDES - não deixa dúvida quanto ao aproveitamento, pelo Estado do Paraná, das oportunidades abertas pela expansão do mercado de combustíveis vegetais.

Na mesma trajetória, a produção da pecuária estadual vem apresentando pronunciado crescimento. De acordo com o IBGE, os abates de aves avançaram 7,4% no primeiro semestre de 2007, em comparação ao mesmo período de 2006, atingindo 977,9 mil toneladas, enquanto a produção de carne suína cresceu 20,9%, somando 219,3 mil toneladas.

O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, Tabela 6, apresentando uma pauta agrícola diversificada. A utilização de avançadas técnicas agrônômicas coloca o Estado em destaque em termos de produtividade. A cana-de-açúcar, o milho, a soja, a mandioca, o trigo e a batata-inglesa sobressaem na estrutura produtiva da agricultura local, observando-se, em paralelo, forte avanço de outras atividades, como a produção de frutas. Já na pecuária, Tabela 7, destaca-se a avicultura, com 29,2% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,2% e 19,1%, respectivamente.

No âmbito do setor agrícola, a pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE publicado no Boletim Regional do Banco Central do Brasil de Janeiro 2014 (<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2014/01/br201401b2p.pdf>) indica que 94% do valor da produção do estado em 2012 originaram-se de lavouras temporárias, com destaque para soja, milho, cana-de-açúcar, trigo, mandioca, feijão e fumo. Essas culturas foram responsáveis, em conjunto, por 89% do valor da produção agrícola do estado no ano, com participações significativas nas safras do país.

Tabela 6 - PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS

PRODUTO	QUANTIDADE (toneladas)	PARTICIPAÇÃO PARANÁ/BRASIL (%)
Cana-de-açúcar	47.947.529	6,50
Milho	15.823.241	19,81
Soja	14.913.173	17,19
Mandioca	3.958.798	17,03
Trigo	3.816.201	60,94
Batata-Inglesa	850.959	23,06

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

Tabela 7 - ABATES DE ANIMAIS DO PARANÁ

TIPO DE ANIMAL	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (mil t)	PARTICIPAÇÃO PARANÁ/BRASIL (%)
Aves	3.651.564	29,18
Suínos	611.183	19,14
Bovinos	336.996	4,18

Fonte: IBGE Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

No âmbito do setor agrícola, a pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE publicado no Boletim Regional do Banco Central do Brasil de Janeiro 2014

(<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2014/01/br201401b2p.pdf>) indica que 94% do valor da produção do estado em 2012 originaram-se de lavouras temporárias, com destaque para soja, milho, cana-de-açúcar, trigo, mandioca, feijão e fumo. Essas culturas foram responsáveis, em conjunto, por 89% do valor da produção agrícola do estado no ano, com participações significativas nas safras do país.

3.5 INDÚSTRIA

Observa-se aumento de 6,8% da produção física industrial no acumulado de janeiro a setembro de 2007, correspondendo ao terceiro melhor resultado entre as unidades da federação.

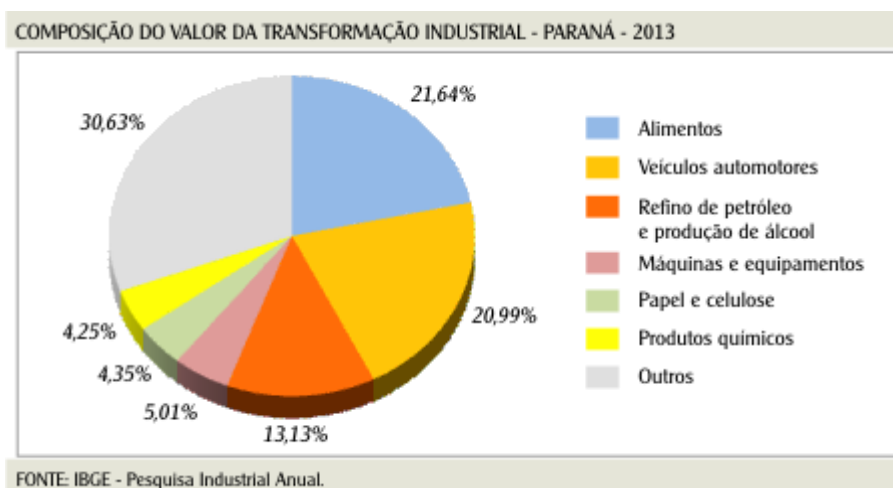
Tal desempenho pode ser atribuído principalmente às indústrias de veículos automotores, máquinas e equipamentos e produtos químicos, cujas taxas de crescimento da produção alcançaram 23,2%, 18,1% e 20,0%, respectivamente, neste período de nove meses.

Segundo especialistas, a ascensão da produção de veículos está diretamente relacionada ao aumento da demanda doméstica, propiciado pela ampliação do crédito, com a queda das taxas de juros, e pelos ganhos reais de salário, resultantes da apreciação cambial.

Os gêneros que mais contribuíram no faturamento industrial do Paraná em 2007 foram: vestuário (25,09%), máquinas e equipamentos (22,43%), veículos automotores (21,85%), produtos alimentícios e bebidas (17%), produtos minerais não metálicos (8,45%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (7,67%), papel e celulose (5,77%), produtos de metal (4,45%), metalurgia básica (3,95%) e refino de petróleo e produção de álcool (3,12%).

O IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social apresenta (http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1) que o valor da transformação industrial do Paraná atingiu R\$ 78 bilhões em 2013. Na estrutura da indústria de transformação, Figura 1, predominam os segmentos de alimentos, veículos automotores e refino de petróleo, responsáveis por aproximadamente 55,4% .

FIGURA 1 – COMPOSIÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL-PARANÁ-2013



FONTE: IBGE- PESQUISAS INDUSTRIAL ANUAL

3.6 COMÉRCIO

Segundo o IBGE, o volume de vendas do comércio varejista do Paraná avançou 7,1% no acumulado de janeiro até o mês de setembro de 2007, com destaque para os ramos de móveis e eletrodomésticos e equipamentos de escritório e informática, que registraram acréscimos de, respectivamente, 10,6% e 27,6% nas vendas, ressaltando ainda mais a aceleração da atividade econômica no Estado. As vendas do comércio varejista paranaense aumentaram, em média, 7,4% a.a. (7,5% no país) de 2008 a novembro de 2013, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE publicado no Boletim Regional do Banco Central do Brasil de Janeiro 2014 (<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2014/01/br201401b2p.pdf>). Destacaram-se aumentos das vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (31% a.a.), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (17,4% a.a.) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (13,9% a.a.). O comércio ampliado, refletindo o aumento de 12,1% a.a. nas vendas de veículos, segmento com maior peso no indicador, cresceu 8,9% a.a. no período.

O IPARDES por sua vez informa que o valor adicionado do setor de serviços do Paraná totalizou R\$ 146.070 bilhões em 2013, com grande participação dos ramos de comércio e atividades imobiliárias.

3.7 EXPORTAÇÃO

Agência Estadual de Notícias – AEN (CURITIBA, <http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/>, em 23/11/2007) informa que de janeiro a outubro deste ano as exportações realizadas pelos Portos do Paraná geraram uma receita cambial de US\$ 9,9 bilhões. O número já ultrapassou o total da receita dos terminais em 2006, que foi de US\$ 9,4 bilhões. O total da movimentação dos dois portos também supera o do ano passado. São 32,5 milhões de toneladas movimentadas em 2006 contra 34,7 milhões realizados até 21/11/2007.

As exportações do Paraná, Figura 2, cresceram 22,23% entre janeiro e setembro de 2007, em comparação ao mesmo período do ano de 2006, chegando a US\$ 9,043 bilhões. Já as importações atingiram US\$ 6,277 bilhões, evolução de 47,79%. Com isso, o saldo da balança comercial do Estado no acumulado do ano ficou em US\$ 2,765 bilhões. No mês de setembro de 2007, as exportações do Estado atingiram alta de 24,24% e acréscimo de 92% nas importações.

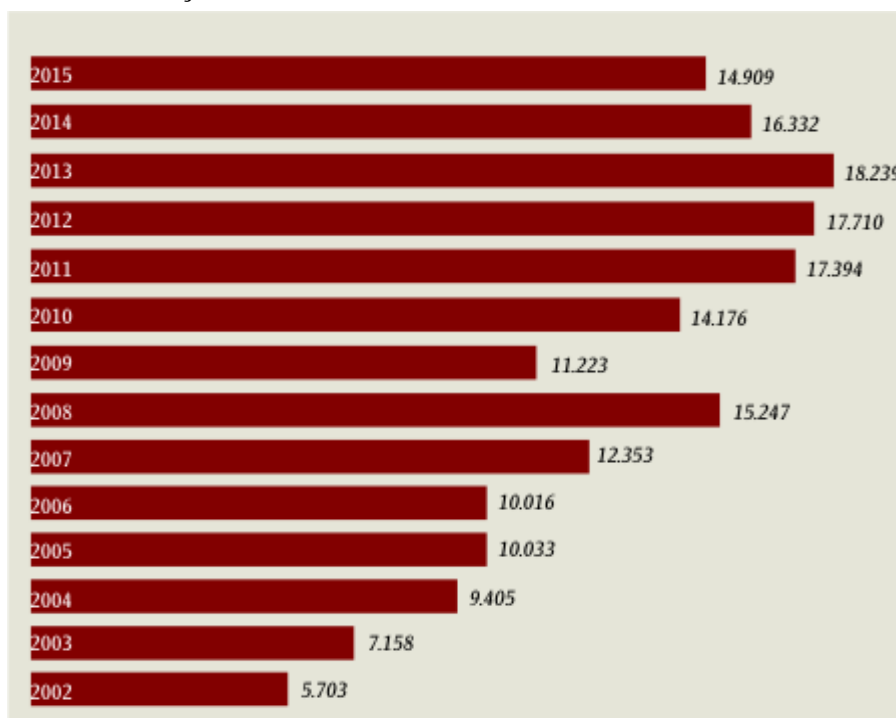
A recuperação do agronegócio no Estado foi responsável pela maior parte dos dez principais produtos exportados em 2007. O setor automotivo - como veículos, motores, tratores, máquinas, carrocerias e acessórios – além de outros com valor agregado, também tiveram destaque.

Além de grãos de soja, bagaços e óleos de soja, automóveis, milho, carnes congeladas de frango e açúcar lideraram as principais vendas dos produtos paranaenses em oito meses. Nas importações, Figura 3, os principais produtos negociados foram óleo bruto de petróleo, automóveis, produtos químicos, circuitos integrados e componentes para veículos.

Em 2005, o Paraná foi bastante atingido pela estiagem, pela crise da febre aftosa que estourou em outubro, pela valorização do real frente ao dólar e pela queda dos preços das commodities no mercado internacional. Estes quatro fatores explicam o desempenho ruim da economia do Paraná em 2005.

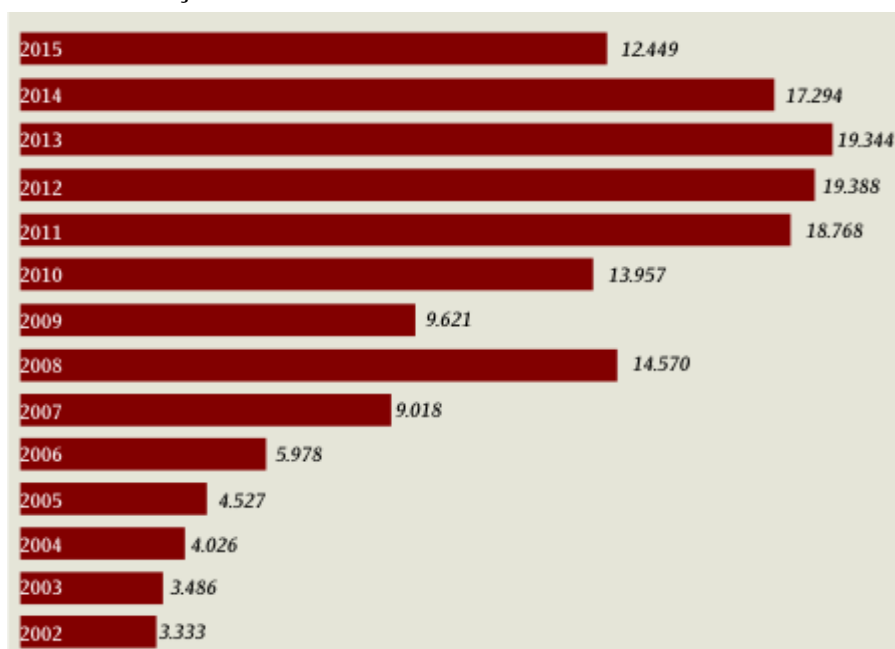
No ano de 2006, o PIB do Paraná fechou com crescimento de 1,4% enquanto o brasileiro cresceu 3,7%. O ano foi ruim para o agronegócio devido à estiagem e ao câmbio. Em 2015, o IPARDES (http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1) afirma que o Paraná respondeu por 7,8% dos US\$ 191 bilhões das exportações nacionais, ficando na quinta posição entre os estados brasileiros. Nas importações, Figura 3, os maiores fornecedores de bens ao Paraná foram China, Argentina, Estados Unidos e Alemanha, responsáveis por US\$ 5,4 bilhões em negócios com o Estado.

FIGURA 2 – EXPORTAÇÕES PARANÁENSES 2002-2015



FONTE: MDIC

FIGURA 3 – IMPORTAÇÕES PARANÁENSES 2002-2015



FONTE: MDIC

3.8 MERCADO DE TRABALHO

As contratações líquidas no mercado de trabalho formal do Paraná concentraram-se no setor de serviços, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE), publicado no Boletim Regional do Banco Central do Brasil de Janeiro 2014 (<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2014/01/br201401b2p.pdf>) destacando-se comércio, administração de imóveis e valores mobiliários, e alojamento e alimentação, responsáveis, em conjunto, por 60,1% das vagas criadas no setor de 2008 a 2013. As contratações da indústria concentraram-se no segmento produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, responsável por 5,9 mil das 12,4 mil vagas criadas pelo setor em 2013.

A região metropolitana de Curitiba (RMC), após contribuir com cerca de 40% das vagas geradas no estado de 2008 a 2011, criou 23,1% dos postos de trabalho em 2012 e 17,6% em 2013. A moderação das contratações na RMC ocorreu, em especial, na construção civil e na indústria de transformação. Note-se ainda que, essencialmente, em 2012 houve demissões líquidas nas indústrias de material de transporte, de papel, papelão, editorial e gráfica, e de produtos alimentícios, bebidas e álcool, e, em 2013, nas indústrias de material elétrico e de comunicações.

Levantamento do Cadastro Central de Empresas, do IBGE, realizado em 2011, verificou o grau de concentração de salários e outras remunerações nos municípios do Paraná. Apenas sete municípios detiveram 65,3% da renda gerada no ano: Curitiba (43,8%), Londrina, Maringá, São José dos Pinhais, Araucária, Cascavel e Ponta Grossa. Dos 399 municípios paranaenses, 347 apresentaram total de salários e outras remunerações inferior a R\$100 milhões. Ressalte-se que o município de Araucária, com a 13ª população residente do estado e o oitavo contingente de pessoal ocupado assalariado, ocupava a quinta posição na lista de salários e outras remunerações, o que se explica, em parte, pela presença da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, da Petrobrás, no município.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo de levantar no acervo teórico os fundamentos que descrevem sobre a necessidade de interiorizar o Planejamento Estratégico Regional no Paraná considerando que a economia formal do Estado está concentrada na sua geração de riqueza na Região Metropolitana de Curitiba - RMC.

As causas e as consequências da grande distorção de desenvolvimento existente no Estado do Paraná. Onde encontramos áreas ricas, como a Região Metropolitana de Curitiba, e outras regiões paupérrimas, com índices de desenvolvimento igual ao do nordeste brasileiro. Temos vários estados dentro do Paraná.

Os municípios devem cada vez mais estar voltados ao planejamento e isso mostra uma preocupação cada vez maior com o social. Com essa nova atitude, estaremos procurando melhorar as condições de vida e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). A meta é pensar estrategicamente o futuro, sabendo construir parcerias e alianças estratégicas para que os recursos, cada vez mais escassos, se multipliquem em favor das comunidades.

Vários fatores interferem no desenvolvimento do Estado, dentre os quais a urbanização acelerada da população, que passou a concentrar-se em regiões metropolitanas, a formação de bolsões de desemprego que só será controlada com a democratização da terra, da riqueza, da informação e da cultura, entre outras medidas estruturantes.

REFERÊNCIAS

Agencia Estadual de Noticias –AEN (Curitiba, 14 e 23 nov. 2007) - **Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salário**, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), <http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/>

AMARAL FILHO. Jair, **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**, Planejamento e políticas públicas ppp, n. 23, junho de 2001. IPEA.

ANDRADE, M.C., **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1ª Edição (125p.)1973.

BENITEZ. Rogério Martin, **Economia regional – O capital social fixo como insumo do desenvolvimento regional**, Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza V.29, n.2, p. 143-157 Abr./jun.1998.

Boletim Regional do Banco Central do Brasil de Janeiro 2014 - <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2014/01/br201401b2p.pdf>

CARDOSO, F.H; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

COUTINHO, L. G. A. **Fragilidade do Brasil em face da globalização**. In: BAUMANN, R. (org.). O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996.

CRISTÓVAM. José Sérgio da Silva, **Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional**, Artigo, 08/2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7254>, Acesso: 10/08/2007.

FOLHA DE LONDRINA (Londrina, ano 60, edição n° 17.504, 22 Nov. 2007)

FOLHA DE LONDRINA (Londrina, ano 60, edição n° 17.505, 23 Nov 2007)

FOLHA DE LONDRINA (Londrina, ano 60, edição n° 17.509, 27 Nov. 2007)

GIAMBIAGI. Fábio, ALÉM. Ana Cláudia, **Finanças Públicas – Teoria e prática no Brasil**, 2ª edição, editora campus, 2001.

<http://www.folhadelondrina.com.br/>

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Economico e Social
http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1
http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_noticia=861
http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=1000&btOk=ok

MERCADANTE, Aloizio (org.). **O BRASIL pós-real: a política econômica em debate**. Campinas: UNICAMP, 1998.

MYRDAL, G. (1957). **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**, Rio de Janeiro, Ed. Saga. Cap. III pp. 47-68.

OLIVEIRA, GESNER **Brasil Real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio**. São Paulo: Mandarin, 1996.

OLIVEIRA. Gilson, B. LIMA. José Edmilson de Souza, **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. REV. FAE, Curitiba, v.6, p. 29-37, maio/dez. 2003.

REZENDE. Fernando, 2ª edição, **Finanças Públicas**, editora Atlas, 2001.

ROLIM. Cássio, F.C (2006) **Urbanização: Cidades, Desenvolvimento, Sistemas Urbanos**, Curitiba.

ROURA, J. Cuadrado (1995) **Planteamientos y teorías sobre el crecimiento regional em Europa em las ultimas decadas**.

SANSON. João Rogério, **O estado e a concentração urbana**, Textos de Economia, Revista UFSC, vol. 9, Num. 2, Florianópolis, p. 09-30, jul/dez.2006.

SCHWARTZMAN, J. (1975). **A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional** in: Haddad, P.R (ed) **Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial**, Rio de Janeiro, IPEA/IPLAN, pp. 37-94 (monografia n. 16).